

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ
A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM ANÁLISE: PODER, ATORES E DINÂMICAS
POLÍTICAS EM TRAJETÓRIA RECENTE

Arleth Santos Borges¹

Ivan Henrique Mattos e Silva²

O debate sobre a Amazonia tem, merecidamente, crescido e se diversificado. A questão ambiental domina a cena, com os desafios relacionados à sustentabilidade do bioma como os desmatamentos, a substituição de florestas por pastos e monoculturas, além da já conhecida exploração predatória, e às vezes criminosas, de recursos minerais e extrativistas. Tudo isso vulnerabilizando, também em escala crescente, as populações originárias da região, cuja reprodução material e cultural fica comprometida, a despeito de suas necessidades básicas e de sua inestimável contribuição à preservação ambiental.

Sem minimizar essa temática, outras facetas da Amazônia ou outras Amazônias têm sido olhadas com mais atenção, destacando-se as persistentes desigualdades socioeconômicas e os avançados processos de urbanização, que hoje abrangem cerca de 80% da população da região, sem que exista satisfatória oferta de equipamentos, serviços ou políticas públicas. Assim, emerge o paradoxo de uma região que abriga, simultaneamente, inestimáveis tesouros materiais e culturais ao lado de um IDHM de 0,7 e 42,27% de sua população em condição de pobreza ou pobreza extrema (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2025). Em face disto o debate sobre a região se expande na temática econômica, com ênfase na bioeconomia, fortalecimento de cadeias produtivas locais e internalização das riquezas, assim como os possíveis incrementos advindos da polêmica *economia verde*.

A política, em suas dinâmicas e agentes, individuais e coletivas, também vem sendo uma dessas facetas olhadas mais de perto. Para além das questões já

¹ Professora Associada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). E-mail: arlethborges@gmail.com.

² Professor Adjunto nos cursos de Bacharelado em Ciências Sociais, Licenciatura em Sociologia e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atualmente atua enquanto assessor da Coordenação Geral de Políticas Temáticas da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4373-5037>. E-mail: ivansilva@unifap.br.

clássicas, como a militarização, a violência, o familismo e os intensos fluxos migratórios para a região desde os anos 1950, destaca-se hoje a força do extremismo de direita, associada à expansão de religiões evangélicas e ao avanço de agenda antiambiental, impulsionada pela regra informal do governo bolsonarista de “passar a boiada”³.

Os resultados eleitorais evidenciam essa posição, com sucessivas vitórias de presidenciáveis de direita em praticamente todos os nove estados da Amazônia legal: em 2018 a esquerda venceu apenas no Maranhão e no Tocantins, enquanto, em 2022, manteve a vitória nestes estados e acrescentou Amazonas e Pará. Nas eleições para governos estaduais, a esquerda venceu em dois estados em 2018 (Amapá e Maranhão) e apenas neste último em 2022. No plano municipal, juntando as eleições de 2020 e 2024, a esquerda conquistou apenas uma vitória, em Belém, 2018. Por este conjunto, pelos resultados em eleições legislativas e por votações acachapantes em determinados estados, como Rondônia, em que a direita vem sendo vitoriosa em todos os municípios, a Amazônia saiu do pleito de 2022 com o sugestivo título de “bolsonaristão”⁴.

Embora a Amazônia Legal seja uma região constituída por uma pluralidade de trajetórias políticas e institucionais, além de distintos padrões de competição eleitoral e estruturação partidária há, desde 2002 (e, de modo mais evidente, a partir de 2014), um traço aglutinador importante: a despeito das suas especificidades, todos os nove estados da região observaram um robusto realinhamento eleitoral, com os seus padrões de voto caminhando cada vez mais rumo à direita do espectro ideológico para todos os cargos e em todos os pleitos (Santos, 2022).

Essa trajetória encontra seu ápice em 2018, na esteira da eleição de Jair Bolsonaro (então no PSL) para a Presidência da República. Dos nove governadores eleitos naquele momento, sete se vincularam abertamente ao campo bolsonarista, inclusive governadores de partidos de centro-esquerda e com tradição de alinhamento ao campo nacional petista, como foi o caso do governador Waldez Góes (PDT) no Amapá. Em paralelo, doze dos(as) dezoito senadores(as) que conquistaram um mandato estavam alinhados ao candidato então pertencente ao PSL (Silva e Teston, 2023).

³ Alusão à reunião do presidente Jair Bolsonaro, seu vice e presidentes de bancos estatais e ministros de Estado, em 22/04/2020, em plena pandemia, na qual Ricardo Salles, ministro do meio ambiente afirmou: “a oportunidade que nós temos, que a imprensa tá nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação (, ,) então pra isso precisa ter um esforço nosso, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade, no aspecto de imprensa, por que só fala de covid, de ir passando a boiada, ir mudando todo o regramento de ir simplificando normas, de IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional]], de ministério da agricultura, do meio ambiente, ministério disso e daquilo. Agora é hora de reunir esforços pra dar de baciada a simplificação regulatória que nós precisamos, em todos os aspectos (...) Não precisamos de congresso, tem um monte de coisas que é só parecer e caneta. (...) Isso aí vale muito a pena”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=th6_TgyYEMY
Acesso em 01/09/2025.

⁴ Para uma apreciação pormenorizada e distribuída por estado dos resultados eleitorais na região amazônica, ver LEGAL - Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal, disponível em: <https://legal-amazonia.org/>.

Ainda que as eleições de 2022 tenham representado um pequeno recuo na trajetória de conversão conservadora do padrão de voto na Amazônia, a robustez do voto bolsonarista novamente ficou evidente. Desta vez, seis dos nove governadores eleitos cerraram fileiras com Bolsonaro, contra dois lulistas. Além disso, quatro dos(as) nove senadores(as) o apoiaram abertamente, contra três lulistas e dois neutros. Vale ressaltar que até mesmo o governador Wilson Lima (PSC), do Amazonas, conseguiu ser reeleito com forte apelo bolsonarista, apesar do trauma vivido por Manaus no ápice da pandemia de Covid-19.

O presente dossiê, focado na *análise sobre o poder, atores e dinâmicas políticas em trajetória recente da Amazônia brasileira* se junta a esse esforço de pensar a política na contemporaneidade da região, abordando temas predominantemente relacionado às instituições legislativas em nível subnacional, agenda de estudos que, mesmo tendo considerável desenvolvimento a partir das obras de Fernando Abrucio (1998) e Fabiano Santos (2001) e um pico de produções acadêmicas entre 2017 e 2018 (Silame e Silva, 2022), ainda é carente de estudos, especialmente na região amazônica.

Neste dossiê, Luci Maria Teston examina a atuação legislativa no Acre relativamente às políticas de saúde nos últimos 24 anos, destacando o elemento ideológico e a capacidade técnica e estratégica dos parlamentares no processo decisório, discutindo a higidez constitucional das leis aprovadas e sua eficácia no enfrentamento aos problemas de saúde da população.

Com escopo temporal menor (2015-2022), Wesley Ferreira e Bruno Rubiatti também se voltam à produção legal sobre saúde, na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) em dois diferentes governos; os autores mapeiam toda a produção legislativa no período em foco e examinam a distribuição das iniciativas por autoria e partidos, constatando o lugar pouco proeminente dessa temática na agenda da ALEPA e o maior protagonismo do legislativo na proposição de leis sobre esta matéria enquanto as iniciativas do poder executivo são mais residuais.

Carlos Sousa, Rodrigo Santos e Jorge Oliveira descrevem e analisam o perfil sociopolítico de candidaturas indígenas para as Câmaras municipais de estados da Amazônia legal nas eleições de 2024. Situam as candidaturas indígenas em processo mais amplo de organização contra a exclusão e de defesa do direito à diferença, comparam o perfil sociopolítico dessas candidaturas com aquelas de não indígenas, observando que, apesar da existência de fatores institucionais que desincentivam as candidaturas indígenas, estas têm crescido ainda que sua expressão na esfera eleitoral e representativa seja pequena e de limitada contribuição para o atendimento de demandas desse segmento nos espaços institucionais.

Seguindo no enfoque municipal, João Paulo Viana e Patrícia Vasconcellos analisam a agenda ambiental na Câmara municipal de Porto Velho (RO), partindo do contexto mais amplo das relações executivo-legislativo e formação de supermaioria parlamentar como estratégia de governabilidade para o Executivo; em relação à temática ambiental, sublinham sua reduzida presença na agenda do legislativo municipal em contradição com os urgentes desafios vivenciados nesta seara pelos cidadãos.

Por fim, Clodoaldo Silva analisa o avanço do garimpo ilegal e da grilagem de terras públicas na Amazônia Legal entre 2019 e 2022, identificando o desmantelamento dos mecanismos de regulação e fiscalização pelo governo federal com o suporte de lideranças políticas e econômicas locais; argumenta que, longe de ser uma excepcionalidade, por ações e omissões, o governo adotou essas práticas como modelo de gestão territorial da região, incentivando, por consequência resistências por parte de comunidades tradicionais vitimadas pela perda de direitos territoriais e pelas estratégias de exploração predatória dos recursos naturais.

Com estes cinco Artigos, caracterizados pela profundidade teórica, diversidade e rigor metodológico e riqueza de dados empíricos, entregamos ao público o dossiê *A Amazônia Brasileira em análise: poder, atores e dinâmicas políticas em trajetória recente* na expectativa de que seja uma contribuição a mais para a reflexão sobre esse pedaço do Brasil que exige de todos, inclusive da Ciência Política, atenção cada vez maior. Boa leitura!

Referências

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2025. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: IDHM, PNUD, 2021; IPS (Capitais); Índice de Progresso Social (Capitais), 03 de agosto de 2025.

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec. 1998.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS GEOPOLÍTICOS DA AMAZÔNIA LEGAL. **Legal – Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal**. Disponível em: <https://legal-amazonia.org/>. Acesso em 08 de julho de 2025.

SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. A dinâmica eleitoral nos estados da Amazônia Legal: um quadro sintético e comparativo. **Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (Legal)**, 2022. Disponível em: <https://legal-amazonia.org/a-dinamica-eleitoral-nos-estados-da-amazonia-legal-um-quadro-sintetico-e-comparativo/>. Acesso em 08 de junho de 2025.

SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. **O poder legislativo nos estados**: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SILAME, Thiago.; SILVA, Denisson. Diálogos em torno do “ultrapresidencialismo” estadual. **Agenda Política**, v. 10, n. 1, p. 121-227, 2022.

SILVA, Ivan Henrique de Mattos; TESTON, Luci Maria. Political Dynasties, Bolsonarismo, and the Environmental Agenda during the 2022 Elections in the Brazilian Legal Amazon. **Brazilian Political Science Review**, v. 17, n. 1, p. 1-20, 2023.

UOL. Salles defende aproveitar momento para “passar a boiada” e simplificar normas. Youtube, 23 de maio de 2020. 2min33s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=th6_TgyYEMY. Acesso em 08 de julho de 2025.